



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MURILO ANDRADE DA SILVA

**DESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS
ECONÔMICAS DE BRASIL E CHILE PÓS 1º CHOQUE DO PETRÓLEO E A SUA
INFLUÊNCIA NA CRISE DA DÉCADA DE 80**

Caruaru-PE

2018

MURILO ANDRADE DA SILVA

**DESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS
ECONÔMICAS DE BRASIL E CHILE PÓS 1º CHOQUE DO PETRÓLEO E A SUA
INFLUÊNCIA NA CRISE DA DÉCADA DE 80**

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) apresentado por Murilo Andrade da Silva de Ciências Econômicas como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

Área de concentração: História Econômica

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

Caruaru-PE

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

S586d Silva, Murilo Andrade da.
Desenvolvimento X neoliberalismo: uma análise das medidas econômicas de Brasil e Chile pós1º choque do petróleo e a sua influência na crise da década de 80. / Murilo Andrade da Silva. – 2018.
47 f.: 30 cm.

Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Neoliberalismo. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Crise econômica. 4. Brasil. 5. Chile. I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Orientadora). III. Título.

CDD 330 (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-367)

MURILO ANDRADE DA SILVA

**DESENVOLVIMENTISMO X NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS
ECONÔMICAS DE BRASIL E CHILE PÓS 1º CHOQUE DO PETRÓLEO E A SUA
INFLUÊNCIA NA CRISE DA DÉCADA DE 80**

Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) apresentado por Murilo Andrade da Silva de Ciências Econômicas como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

Aprovado em: 07 / 12 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Msc. Ana Paula Sobreira Bezerra (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho para minha família e especialmente a meu pai, Geni Serafim da Silva, meu principal incentivador nos estudos, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por nós. Sem ele, eu não estaria no ponto onde eu cheguei, não só no âmbito acadêmico, mas também no pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proteger e ser meu ponto de segurança nos momentos mais difíceis em minha vida.

A minha família por sempre me apoiar a seguir nas minhas escolhas e nos meus estudos. Minha mãe ajudando a contornar todos os imprevistos e problemas que surgiram ao longo dos anos com muita garra; minha mãe sendo a descontração nas horas de cansaço e estresse; e meu pai, que faleceu meses antes de adentrar na faculdade, sendo o meu maior exemplo de ser humano e que foi, acima de tudo, meu primeiro professor, me fazendo chegar até onde estou no momento.

Agradeço a todos os amigos que adquiri ao longo de todo o curso - especialmente Everton, Ernandes, Édipo, Gilmar, Gilson e Neto – pelas diversas discussões sobre economia e outros temas, gerando momentos divertidos.

Um agradecimento também aos amigos que tive a felicidade de criar nas incontáveis viagens diárias, que fizeram esses quatro anos de idas e vindas para a universidade serem muito especiais, nos divertindo, conversando sobre praticamente tudo e fazendo esquecer todo o cansaço que a faculdade e as viagens geravam.

Por fim, agradeço a todos os professores do curso que tive a honra de assistir aulas e desenvolver não só o conhecimento acadêmico que tenho hoje, mas também evoluir como pessoa. Deixo aqui um agradecimento especial a professora Lucilena, que não só me auxiliou de forma significativa para eu desenvolver esse trabalho como minha orientadora, mas também ser uma das principais motivadoras a essa pessoa que vos fala a ir atrás de mais conhecimento, de ser mais participativo, e de crescer como estudante e ser humano. Agradeço de coração.

RESUMO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia global viveu um período conhecido como “Anos Dourados”, marcado por crescimento significativo do PIB, desenvolvimento de várias nações e a predominância nos Estados Unidos do padrão intitulado *Welfare State* (Estado do bem-estar social). Dentre as crises mundiais eclodidas depois desse período, é possível pontuar o fim do Bretton Woods, em 1971, além do 1º e 2º choques do petróleo: o primeiro em 1973, ocorrida pelo aumento do preço do barril do petróleo proporcionado pela Organização dos Países Árabes de Petróleo (OPEP), e o segundo em 1979, gerado por uma revolução iraniana. Esses eventos tiveram grande impacto na instabilidade econômica do mundo capitalista. Diante dessa perspectiva, o atual estudo discorrerá sobre as diferenças entre os modelos adotados pelo Brasil e Chile durante a década dos anos de 1970, desenvolvimentista e neoliberal, respectivamente. Nesse sentido, busca analisar as políticas econômicas desses dois países após o primeiro choque do petróleo, em 1973, até o fim dos anos 70, e discutir não só os resultados obtidos, mas também as principais consequências geradas e resultou na crise de ambos. Para isso, a metodologia utilizada ao longo deste trabalho se concentrou numa análise comparativa destas políticas econômicas, baseada em uma pesquisa bibliográfica focada na história econômica dos mesmos durante o período da década de 70, além da coleta de dados de variáveis macroeconômicas em fontes como World Bank, Banco Central de Chile e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dessa forma, é possível sinalizar que, no Brasil, a busca pela manutenção do crescimento econômico, bem como do avanço no desenvolvimento industrial projetado pelo II Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi possível através da grande participação do Estado, período conhecido como “Estado empresário”. Porém, há também uma deterioração dos indicadores econômicos, tais como: aumento da dívida externa do país, além do aumento da inflação gerada pelo protecionismo durante o governo Geisel, o que foram as âncoras para a crise econômica brasileira no início dos anos 80. No caso do Chile, o governo de Augusto Pinochet consegue estabilizar a inflação através de diversas reformas estruturais, promove uma abertura ao mercado internacional e mantém as taxas de crescimento do PIB constantes ao longo da década. Contudo, a falta de produção interna e a dependência pelas importações de bens gera desequilíbrios na balança comercial, além da ampliação da dívida externa, o que resulta na falência de diversas empresas privadas chilenas e na eminente crise econômica em 1982.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. Chile. Desenvolvimentismo. Neoliberalismo. Crise econômica.

ABSTRACT

After the end of World War II, the global economy experienced a period known as the "Golden Years", marked by significant GDP growth, development of several nations and the predominance in the United States of the standard called Welfare State). Among the world crises erupted after this period, it is possible to point out the end of Bretton Woods, at 1971, beyond the first and second oil shocks: the first happened at 1973, came about because of the rise in the price of a barrel of oil provided by the Organization of Arab Oil Countries (OPEP); and the second at 1979, generated by an Iranian revolution. These events had big impact in the economic instability of the capitalist world. It is important to note that this crisis in 1973. Given this perspective, the present study will discuss the differences between the models adopted by Brazil and Chile during the decade of the 1970s, developmental and neoliberal, respectively. In this sense, it seeks to analyze the economic policies of these two countries after the first oil shock in 1973, until the end of the 1970s, and to discuss not only the results obtained, but also the main consequences generated and that resulted in the crisis of both. The methodology used throughout this work focused on a comparative analysis of these economic policies, based on a bibliographical research of them focused on the economic history of these countries during the period of the 70s, besides the collection of data of macroeconomic variables using search like World Bank, Banco Central de Chile and Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Thus, it is possible to indicate that, in Brazil, the search for the maintenance of economic growth, as well as the advance in industrial development projected by the Second National Development Program (II PND) was possible through the large participation of the State, a period known as "Business State". However, there is also a deterioration of the economic indicators, such as: increase of the country's external debt, in addition to the increase in inflation generated by the protectionism during the Geisel government, which were the anchors to the economic crisis in the early 1980s. In the case of Chile, Augusto Pinochet's government managed to stabilize inflation through various structural reforms, promote openness to the international market, and keep GDP growth rates constant throughout the decade. However, the lack of domestic production and consequently, dependence on imports of goods generates imbalances in the trade balance, in addition to the expansion of external debt, which results in the bankruptcy of several private Chilean companies and the eminent economic crisis in 1982.

KEYWORDS: Brazil. Chile. Developmentalism. Neoliberalism. Economic crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Metas do II PND (Brasil) e do <i>El Ladrillo</i> (Chile) – 1974-1979.....	24
Figura 2 – Balança Comercial de Brasil e Chile - (US\$ Milhões) 1974-1979.....	30
Figura 3 – Produto Interno Bruto e PIB <i>per Capita</i> de Brasil e Chile – 1974-1980.....	32
Figura 4 – Taxa de Inflação (IGP-DI) – Brasil e Chile – 1974-1982 (%).....	34
Figura 5 – Dívida Externa Brasil e Chile (US\$ Milhões) – 1974-1979.....	35
Figura 6 – Crescimento do PIB em % (1980-2016)	39
Figura 7 – Taxa de Inflação média de Brasil e Chile (IPCA* - em %)	40

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

EMBRAMEC - Mecânica Brasileira S.A

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

FIBASE - Investimentos Brasileiros S.A

IBRASA - Insumos Básicos S.A

IGP-DI - Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISI - Industrialização por Substituição de Importações

OPEP - Organização dos Países Árabes de Petróleo

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Programa Nacional por Amostra e Domicílio

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

SPE - Setor Produtivo Estatal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Objetivo Geral	12
1.2	Objetivos Específicos	13
1.3	Justificativa	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	Desenvolvimentismo: Conceito e influências	14
2.2	Neoliberalismo: Ideologia e Conceito	16
3	1ª CRISE DO PETRÓLEO (1973): INSTABILIDADE MUNDIAL E SITUAÇÃO DE BRASIL E CHILE	20
3.1	Casos de Brasil e Chile: Cenários e caminhos econômicos distintos	21
3.2	Outros setores modificados	28
4	CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS PARA BRASIL E CHILE NOS ANOS 70 E 80	32
4.1	Segundo Choque do Petróleo e implicações nas economias do Brasil e Chile	36
4.2	Situação socioeconômica de Brasil e Chile nas últimas décadas	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia global viveu um período conhecido como “Anos Dourados”, marcado pelo *boom* econômico pós-guerra, crescimento de vários países – principalmente os europeus - e a predominância nos Estados Unidos do padrão intitulado *Welfare State* (Estado do bem-estar social) (BRITTANICA, 2018). Porém, nos anos 1970, alguns eventos alteraram a trajetória do pensamento econômico adotado em vários países até então, ou seja, surge então a teoria cuja visão defende um modelo de crescimento econômico com um viés desenvolvimentista¹. Pode-se citar, por exemplo, a crise da convertibilidade do dólar, onde os Estados Unidos, devido a déficits orçamentários e comerciais consecutivos, decidem romper, em 1971, com o sistema de câmbio fixo e com o padrão dólar-ouro, centro do acordo de *Bretton Woods*².

Como outro dos principais eventos catalizadores da instabilidade mundial ao longo da década dos anos de 1970, pode-se mencionar o aumento do preço do barril do petróleo proporcionado pela Organização dos Países Árabes de Petróleo (OPEP) em 1973, conhecido como 1º choque do petróleo. Esse aumento gerou instabilidade devido à forte dependência dessa fonte energética, o que acarretou contração no crescimento mundial durante boa parte dos anos 1970 (VICENTE, 2009).

Além desses, outra crise foi gerada no fim da década, conhecido como 2º choque do petróleo, ocasionada pela revolução iraniana e tomada de poder do aiatolá Khomeini, que eleva o preço dos barris de petróleo novamente em 1979 (PEREIRA, 2008).

Diante dessa perspectiva, discorre-se de uma análise comparativa e econômica entre Brasil e Chile³ na década de 70 quando ocorreu o 1º choque do petróleo. É importante pontuar que nesse período os dois países se encontravam em situações diametralmente opostas no que se refere às agendas econômicas adotadas. No caso do Brasil, até eclodir essa crise, o país vivia

¹ Essa teoria será mais detalhada no Capítulo 2.

² O Bretton Woods foi um evento organizado pela Aliança das Nações em julho de 1944, com o objetivo de estruturar um novo padrão monetário Internacional. Segundo o acordo de Bretton Woods, as moedas dos países membros passariam a estar ligadas ao dólar variando numa estreita banda de +/- 1%, e a moeda norte-americana estaria ligada ao Ouro a 35 dólares. Contudo, o aumento do déficit orçamentário e com a pressão inflacionária gerada, o presidente Richard Nixon (1969-1974) decide pôr fim ao acordo. Disponível em: <http://www.clubeinvest.com/technical_analysis/forex/Bretton_woods/Bretton_woods.php>. Acesso em: 06 nov. 2018. Vale destacar que apesar da decisão desse acordo ter sido conjunta com os países da Aliança das Nações, “os acordos de Bretton Woods penderam muito mais para as proposições norte-americanas, dos credores, refletindo o deslocamento do centro hegemônico mundial e as assimetrias de poder entre os Estados Unidos e a Inglaterra” (OLIVEIRA; MAIA; MARIANO, 2008).

³ É importante citar que este trabalho tem como cerne levantar as discussões acerca das teorias do pensamento econômico adotadas pelo Brasil e Chile em resposta ao 1º choque do Petróleo e suas consequências para a década posterior, a década dos anos 80, ou seja, suas agendas para a área econômica.

um período de prosperidade econômica, obtendo taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima dos 10% a.a., período conhecido como o “Milagre Econômico” (1968-1973). No entanto, com a instabilidade no cenário mundial que emergiu com a crise, havia a sinalização de que o país estava diante de um futuro incerto com relação ao caminho a tomar, principalmente devido à pressão de manter a mesma linha de crescimento, mesmo diante de uma situação tão desfavorável. O Chile, por sua vez, se encontrava em uma situação de crise política e econômica. No campo político, ressalta-se o golpe militar comandado por Augusto Pinochet em 1973 e, na área econômica, apresentava déficits elevados nas contas públicas e um processo de hiperinflação (CUNHA; GALA, 2009).

Diante desses desafios, o propósito deste trabalho é analisar as distintas medidas econômicas adotadas por Brasil e Chile durante os anos de 1970, onde o primeiro decide seguir a linha de crescimento contínua vivenciada no período anterior (I Plano Nacional de Desenvolvimento – IPND) empregando, assim, uma agenda desenvolvimentista, e o segundo, através do apoio dos Estados Unidos, muda drasticamente a maneira de conduzir o país e implementa uma agenda neoliberal⁴.

Para tanto, o atual estudo é organizado em cinco capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo, é apresentado o referencial teórico das diversas obras pesquisadas sobre os conceitos e as discussões dos principais economistas desenvolvimentistas e neoliberais, além da conjuntura econômica histórica dos países analisados, partindo do governo anterior à ditadura militar de cada país, até o período de crise econômica nos anos 80. No capítulo três, serão expostas as medidas e reformas econômicas implementadas por Brasil e Chile após o 1º choque do petróleo até o final da década dos anos 70, destacando as suas respectivas metas. No quarto capítulo apresentam-se os resultados obtidos por esses países decorrentes das medidas adotadas, verificando os impactos socioeconômicos que foram gerados e que influenciaram nos mesmos ao longo dos anos. Por fim, na quinta e última seção, são feitas as considerações finais.

1.1 Objetivo Geral

Analisar as medidas econômicas adotadas pelo Brasil e Chile pós o 1º choque do petróleo e a sua influência na crise da década de 1980.

⁴ A discussão acerca da teoria econômica denominada neoliberal será feita no Capítulo 2.

1.2 Objetivos Específicos

- Verificar as distintas alternativas na área econômica e, por conseguinte os resultados desses países durante um período de tamanha incerteza na economia mundial;
- Demonstrar as consequências que levaram esses países a adentrarem em um período de recessão econômica na década posterior.

1.3 Justificativa

O estudo sobre a conjuntura econômica de Brasil e Chile durante nos anos 1970 tem sua importância devido à dualidade dos sistemas adotados na época, onde no Brasil constata-se a implementação de uma agenda desenvolvimentista, enquanto o Chile, a partir de 1975, adota-se o neoliberalismo. O contraste entre essas duas agendas econômicas implementadas na década dos anos de 1970 e com reflexos ao longo de toda década de 80 vem se colocar como uma discussão bastante atual, onde há, como exemplo, a eminência da economia brasileira passar a empregar uma agenda neoliberal semelhante à dos chilenos, a partir do ano de 2019.

Além disso, a comparação entre os distintos planejamentos e execuções na área econômica desses países durante um período de tamanha incerteza na economia mundial, decorrente ao 1º Choque do Petróleo, em 1973, são importantes para se entender as diferentes trajetórias que, tanto o Brasil como o Chile, buscaram com o objetivo de obter a retomada do crescimento econômico mediante a uma forte instabilidade econômica de nível mundial.

Diante dessa perspectiva, a análise sobre desenvolvimentismo brasileiro e o neoliberalismo chileno possibilita não só em um aprofundamento nas discussões acadêmicas, como também abre margem para que outros estudos comparativos semelhantes possam ser realizados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesse capítulo é realizada uma análise sobre as duas teorias do pensamento econômico que se sobressaíram, principalmente a partir da década de 70 e denominadas de desenvolvimentista e neoliberal. A discussão acerca dessas teorias será embasada através de obras de alguns autores.

2.1 Desenvolvimentismo: Conceito e influências

O desenvolvimentismo pode ser apresentado como uma teoria do pensamento econômico, cujo foco centra na participação ativa do Estado na economia visando o crescimento econômico e, tendo como mola dinâmica para esse crescimento a ampliação e o fortalecimento do setor industrial do país (SAMPAIO JR., 2012).

De acordo com Johnson (1999; apud. Pereira, 2016, p.8), o estado desenvolvimentista

está entre o *laissez-faire* e o socialismo de Estado, que intervém na economia não apenas de forma regulatória, mas também de forma “substantiva”; que supõe uma burocracia pública pequena e altamente qualificada à qual são atribuídos poderes efetivos, ficando o poder legislativo e o judiciário em segundo plano; que controla as contas financeiras externas e, portanto, a taxa de câmbio; que protege a indústria nacional de bens finais.

Fonseca (2004, p.228) ressalta como “núcleo duro” do pensamento econômico desenvolvimentista as seguintes características: a) nacionalistas; b) defensores da industrialização; c) papelistas; e d) positivistas.

Segundo o autor, a corrente nacionalista remete ao período colonial, em movimentos conhecidos como “revoltas nativistas”, combatendo o monopólio comercial ou a centralização político-administrativa nas metrópoles brasileiras, sendo a forma mais embrionária do nacionalismo. Ressalta-se um dos principais ideólogos para a geração nacionalista na década de 1930, Getúlio Vargas (1930-1945), presidente conhecido por ter como cerne os seus discursos à defesa e ao crescimento do país, através de uma visão desenvolvimentista, ou seja, da forte presença do Estado na economia e, a indústria como motor do crescimento econômico.

Nesse sentido, em prol da defesa do setor industrial no Brasil, as frentes ideológicas desenvolvimentistas, defendem que um país industrializado é o expoente do dinamismo interno de uma economia e, conseqüentemente o fortalecimento da sociedade. Outra característica sinalizada, o papelista, tem sua contribuição para a linha de pensamento dos

desenvolvimentistas através da defesa macroeconômica do país, ou seja, a importância do equilíbrio orçamentário e as finanças reguladas. Por fim, tem-se a corrente positivista⁵, que tem sua contribuição ressaltada pela defesa da forte participação do Estado na economia. Essa defesa era estruturada na afirmação de que o Estado desempenharia o papel de auxiliar a sociedade para o progresso através da educação e da evolução.

A importância da presença do Estado na economia a fim de amenizar as disparidades entre regiões centrais e periféricas desponta como tema de grande discussão principalmente por países latino-americanos desde o fim da Segunda Guerra Mundial e ressaltado pelos membros que compuseram a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) nos anos 50, como pode ser visto no livro “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL” (BIELSCHOWSKY, 2000). Dentre eles, pode-se citar, com destaque, os economistas desenvolvimentistas Raúl Prebisch⁶, Aníbal Pinto, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, entre outros.

Como destaca Souza (2012), a estratégia adotada por Prebisch para o desenvolvimento latino-americano baseava-se em quatro pontos: a) compressão de consumo supérfluo, através de altas tarifas e restrições às importações; b) incentivo à entrada de capitais externos, para promover o aumento de investimentos; c) reforma agrária, fortalecendo o aumento de produção de mercadorias agrícolas; e d) maior participação do Estado na captação de recursos.

Segundo o autor, Celso Furtado (1920-2004) - um dos principais economistas do Brasil e outro defensor da industrialização através da substituição por importações - considerava fundamental a participação do Estado e de empresas estatais para o desenvolvimento da indústria. Além disso, afirmava que o Estado devia ter contribuição significativa em correções e desequilíbrios estruturais.

Contudo, Furtado enfatiza também a importância do progresso tecnológico para a elevação econômica de países subdesenvolvidos. Ele usa como exemplo os países do Sudoeste Asiático como casos bem-sucedidos no uso do planejamento estatal (empregado anteriormente pelo Japão), que encontraram uma nova maneira para inserção no comércio internacional, gerando estímulo para o avanço tecnológico, através de “ criar deliberadamente vantagens

⁵ Para os positivistas, o homem precisa construir sua própria história, sendo um ser ativo, e não depender de algo ‘divino’ para auxiliá-lo, que pode ser ligado, com a mão invisível do mercado. Desta forma, educação e evolução seriam áreas responsáveis pelo Estado, que também quebraria com privilégios de nascimento, ao separar a esfera pública da privada (FONSECA, 2004).

⁶ Raúl Prebisch (1901-1986) foi um economista argentino e um dos principais intelectuais que faziam parte da CEPAL. Defensor do desenvolvimento da indústria por meio de substituição de importações, ele acreditava que esse tipo de sistema seria mais apropriado para os países latino-americanos, pois dessa forma, eles poderiam focar na produção de produtos onde cada um desses países fosse mais vantajoso, o que proporcionaria a exportação para países considerados ricos.

comparativas em setores favorecidos por uma demanda externa elástica” (FURTADO, 1990, p.184).

O próprio Furtado (1996, p 44) acredita que as nações subdesenvolvidas (ou periféricas, como o mesmo chama essas economias) possam sofrer “ um processo de agravamento das disparidades internas à medida que se industrializam guiadas pela substituição de importações”. Para Furtado, sem haver acesso de tecnologia de qualidade, mercado interno fortalecido, as economias periféricas seriam altamente dependentes dos oligopólios internacionais.

Dando continuidade nessa discussão, Andrade e Silva (2010, p. 558) cita que para Maria da Conceição Tavares, o mero crescimento industrial propiciado pelo Processo de Substituições de Importações (PSI) – a partir da década dos anos de 1930 - não é mais importante do que a dinâmica exógena de acumulação de capital, ou seja, um novo conceito de industrialização deveria ser centrado na “instalação de um setor de bens de produção, especialmente bens de capital, que permitiriam internalizar, ao menos em parte, os principais determinantes da dinâmica econômica: o investimento e o progresso técnico” .

Numa trajetória diametralmente oposta, após a Segunda Guerra Mundial, surge a corrente do pensamento econômico que defende o neoliberalismo, ou seja, para os defensores dessa teoria a participação do Estado na economia deveria ser mínima ou nenhuma.

2.2 Neoliberalismo: Ideologia e Conceito

O neoliberalismo surge após o fim da Segunda Guerra Mundial, criticando os conceitos empregados pela economia mundial até então, o keynesianismo⁷. O referido pensamento econômico foi implementado em diversos países, inclusive no *hegemon* econômico, os Estados Unidos (OLIVEIRA et al., 2008).

Apesar da ideologia neoliberal começar a ser empregada após o segundo conflito mundial, pode-se citar Carl Menger (1840-1921), fundador da Escola Austríaca, como o pensador econômico que desenvolveu o conceito primário do Neoliberalismo no início do século XX; Ludwig Von Mises (1881-1973), sucessor de Menger formulou os postulados do pensamento neoliberal, que vigoram até os dias atuais e, Friedrich Hayek (1899-1992), economista de extrema importância para o surgimento neoliberal e crítico à intervenção do

⁷ Segundo Carvalho (2008, p.571), “o keynesianismo é uma doutrina ativista, que preconiza a ação do Estado na promoção e sustentação do pleno emprego em economias empresariais. [...] a teoria keynesiana, em parte como herança do seu próprio criador, tem como objeto o mundo real, de modo a ter bem claro que a construção de conceitos e modelos não é, de modo algum, um fim em si mesmo, mas um instrumento de pesquisa empírica e derivação de políticas de ação”.

Estado na economia, o que acarretaria em transtornos não só econômicos, mas também políticos (BACHUR, 2013).

O neoliberalismo baseia-se principalmente no pensamento econômico liberal empregado durante os séculos XVIII e XIX, ou seja, no *laissez-faire*. Matos (2008, p. 193) ressalta que o referido pensamento “tentaria recuperar o “sentido original do liberalismo”, apontando para uma descaracterização do termo “liberal” em relação ao liberalismo clássico”.

Dessa forma, Harvey (2005, p.12) afirma,

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Ou seja, o conceito neoliberal centra-se na liberdade da população em tomar suas próprias decisões sem interferência do governo em suas escolhas. Como Friedman (1982, p.10) cita, “o governo é necessário para preservar nossa liberdade, é um instrumento por meio do qual podemos exercer nossa liberdade; entretanto, pelo fato de concentrar poder em mão políticas, ele é também uma ameaça à liberdade”.

Sobre o Estado ser o tomador de decisões, Hayek (1944) criticou a forma como a interferência governamental estava proporcionando em um retrocesso da sociedade ocidental, sendo contrário aos princípios em que o bem-estar social se sustentava, e que este tipo de planejamento econômico levaria as nações ao totalitarismo.

Nesse sentido, Hayek acreditava que o problema das intervenções estatais na economia é que elas não resolvem os problemas da sociedade, pois são ineficazes ou produzem efeitos perigosos, como arriscar os ganhos que o liberalismo possibilitou. Na visão de Hayek (1960, p.221 apud Bachur, 2013, p.104),

existem boas razões pelas quais todo interesse governamental em matéria econômica é suspeito e por que há, em particular, uma forte presunção contra uma participação ativa do governo nos esforços econômicos. [...] elas repousam no fato de que a grande maioria das medidas governamentais que têm sido advogadas nesse campo são, de fato, ineficazes, seja porque elas serão falhas, seja porque seus custos irão ultrapassar suas vantagens.

Matos (2008) menciona que Hayek afirmava que as instituições políticas características do Estado de Bem-Estar corroeriam as tradições de liberdade política através de uma “transformação de ordem psicológica” do povo, curiosamente causada pelo próprio sucesso do liberalismo em aperfeiçoar a sociedade. Segundo o autor, outra característica a se destacar do

neoliberalismo é o subjetivismo do valor, ou seja, as restrições encontradas para o avanço econômico não são os fatores, como a disponibilidade de recursos ao longo do planeta, mas o conhecimento humano para criar inovações que se adaptam com as condições encontradas.

Para Mises (2010, p. 126),

A economia não trata de coisas ou de objetos materiais tangíveis; trata de homens, de suas apreciações e das ações que daí derivam. Bens, mercadorias, riquezas, assim como todos os outros conceitos econômicos, não são elementos da natureza; são elementos que derivam do significado que o homem lhes atribui e de sua conduta em relação a eles.

Nessa perspectiva, é importante pontuar que a mais influente escola do pensamento neoliberal, a Escola Austríaca de Economia, criada por Carl Menger, tinha como característica dois aspectos centrais. O primeiro é a percepção do sistema de fins e meios como ponto mais importante para a tomada de decisões,

O importante para os austríacos não é que se tenha tomado uma decisão, mas sim que a mesma é levada a cabo sob a forma de uma ação humana ao longo de cujo processo (que eventualmente pode chegar ou não a concluir-se) se produzem uma série de interações e atos de coordenação cujo estudo constitui, para os austríacos, o objeto de investigação da Ciência Econômica (SOTO, 2010, p.17).

E o segundo é a concepção subjetivista no âmbito econômico, ou seja, a produção de um país se alteraria não por fatores externos e naturais, mas sim, pelo desenvolvimento intelectual dos indivíduos e sua capacidade de inovação.

Esse princípio do subjetivismo foi a base para que Carl Menger elaborasse os conceitos primários do neoliberalismo, em seu livro intitulado *Princípios de Economia Política*. Influenciado pelas ideias apresentadas por Menger, outros economistas austríacos surgiram, assim como Ludwig von Mises, e expandiu a teoria de ação econômica, desenvolvida pela Escola Austríaca.

Mises ficou conhecido por afirmar que a ciência econômica é a ciência da ação humana. Como o mesmo afirma,

Suas afirmativas e proposições não derivam da experiência. São como a lógica e a matemática. Não estão sujeitas a verificação com base na experiência e nos fatos. São tanto lógica como temporalmente anteriores a qualquer compreensão de fatos históricos. É um requisito necessário para qualquer percepção intelectual de eventos históricos (MISES, 2010, p.59).

Contudo, foi na Escola de Chicago que veio um dos mais importantes propagadores do pensamento neoliberal na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, o economista e professor, Milton Friedman (1912-2006). Friedman foi um grande crítico do intervencionismo do Estado na economia, porque não só restringia e limitava a liberdade dos indivíduos como interferia diretamente no âmbito econômico e no político.

Friedman (1982, p.16) enfatizava o papel duplo que a organização econômica poderia apresentar. Assim, “o tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro”.

Como será visto posteriormente, Friedman teve influência significativa na implementação do neoliberalismo no Chile, durante o período do governo militar de Augusto Pinochet.

Após essa exposição sobre as duas correntes - desenvolvimentista e neoliberal -, será visto no próximo capítulo os fatores que levaram ao acontecimento do 1º choque do petróleo e quais alternativas Brasil e Chile procuraram empregar para suas respectivas economias.

3 1ª CRISE DO PETRÓLEO (1973): INSTABILIDADE MUNDIAL E SITUAÇÃO DE BRASIL E CHILE

O ano de 1973 é marcado pelo fim dos “anos dourados” da economia mundial, causado, principalmente, pela primeira grande crise do petróleo, decorrente da Guerra de Yom Kippur⁸. O apoio dos Estados Unidos à Israel no conflito contra os países árabes, acarretou no cancelamento por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁹, das exportações de petróleo para as nações que estavam apoiando Israel. Tal fato impactou em um aumento significativo no preço do barril de petróleo, superando a margem de 300% (VICENTE, 2009).

Esta crise acarretou no encerramento do *Welfare State*¹⁰ (Estado de Bem estar social) vivido não só pelos norte-americanos, mas pela economia mundial em geral, pois dada a instabilidade econômica gerada pelo aumento do petróleo, os países decidiram se retrair e procurar soluções para a incerteza que havia sido gerada no início dos anos 1970¹¹, segundo Vicente (2009).

Nesse sentido ao se retornar às ideias de Keynes apresentadas nos anos 1930 e que eram base do Bem-Estar Social, seus defensores começaram a ser criticados e novos meios de funcionamento da economia iniciaram a ser discutidas. Dentre essas ideias, os princípios neoliberais começam a ganhar força, a partir de autores como Milton Friedman, defendendo a livre iniciativa e organização das instituições econômicas como parte preponderante para dinamização do crescimento econômico, fator que não foi alcançado pelo Estado.

Assim, na avaliação de Hobsbawm (1995, p.245),

⁸ A denominada crise de 1973 aconteceu em contrapartida ao apoio dos Estados Unidos dado a Israel em relação à ocupação de territórios palestinos durante a guerra do Yom Kippur. Como represália, os países árabes organizados na Opep decidiram aumentar o preço do petróleo em mais de 300%. O embargo pretendia ainda pressionar o mundo ocidental a apoiar os árabes contra os israelenses (VICENTE, 2009, p.125).

⁹ É uma organização internacional criada em 1960 na Conferência de Bagdá que visa coordenar de maneira centralizada a política petrolífera dos países membros:

¹⁰ O conceito de governo intitulado *Welfare State* foi presente na Europa e Estados Unidos principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial (1938-1945). Este conceito - centrado no Estado e/ou instituições sociais - baseia-se nos princípios da igualdade de oportunidades para os cidadãos, distribuição equitativa de riqueza e melhores condições para os que não podem usufruir do mínimo para se ter uma boa vida. Nos EUA, a influência do *Welfare State* é nítida em alguns casos, como no chamado “*New Deal*” de Franklin D. Roosevelt (1882-1945), plano de governo criado em 1933 em resposta à Grande Depressão de 1929 e que teve influência da teoria econômica de John Maynard Keynes, que defendia a intervenção do Estado na economia para promoção do bem-estar socioeconômico e que afirmava que o liberalismo seria incapaz de promover tal feito (PINTO, 2017; BRITANICA, 2018).

¹¹ Como Vicente (2009, p.125) destaca, a primeira crise do petróleo tem como consequência imediata o desmantelamento do sistema de Estado de bem-estar social, considerado inapropriado para a situação vivida. Assim, “As portas estavam abertas para novas propostas destinadas a enfrentar as altas taxas de inflação e os preocupantes índices de paralisação econômica”.

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social democrata [...]. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e *laissez-faire*, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980.

Diante dessa perspectiva, o autor sinaliza que a primeira crise do petróleo representou uma inflexão na ordem econômica mundial, ou seja, a prosperidade vivenciada até então pelos países capitalistas durante “os anos dourados” - caracterizada pelo bem-estar social e aplicação do keynesianismo - se encerra e é gerado um período de transição onde os países vão em busca de novas alternativas para o retorno à prosperidade econômica. Ao longo dos próximos capítulos e tópicos será tratado sobre dois desses casos: Brasil e Chile.

3.1 Casos de Brasil e Chile: cenários e caminhos econômicos distintos

No caso de Brasil e Chile, após a 1ª crise do petróleo, os dois estavam em cenários econômicos distintos. O Brasil vivia em 1973 o fim do governo Médici (1968-1973) e também do período conhecido como o Milagre Econômico, ou seja, época que foi marcada pelo crescimento significativo do PIB brasileiro¹². No entanto ressalta-se que, no ano de 1973, o país sinalizava para uma trajetória cuja expectativa econômica era dada como incerta, tendo a elevação da dívida externa do país como um dos pontos a se tornar um alerta. Além disso, a vulnerabilidade externa brasileira era elevada, principalmente no que se refere à dependência da matriz energética como o “petróleo”, o que naturalmente se tornou um agravante após o aumento dos preços dos barris (GREMAUD et al., 2007).

Após o fim do governo Médici, Ernesto Geisel assume o cargo de presidente da República e se deparou com uma dicotomia, ou seja, a busca por uma agenda de ajuste na economia, na procura por um cenário que criasse as condições para o pagamento da dívida externa sem retrair o crescimento econômico do país; ou uma estratégia anticíclica onde o país procurasse implementar uma política que aproveita os benefícios da crise – como a entrada de “petrodólares” no mercado financeiro internacional¹³ - para promover o crescimento da economia (GIAMBIAGI et al, 2011).

¹² Entre 1968 e 1973, o Brasil obtém crescimento do PIB acima dos 10%, segundo dados do IBGE.

¹³ Como Giambiagi et al (2011, p.77) destaca, a migração das receitas de exportação de países pertencentes a OPEP para os países industrializados foi vantajosa para países endividados como o Brasil, pois isto estimulava o desejo dos bancos desses países beneficiados por investimentos de maior risco, já que, naquele período, a regulamentação financeira impunha “tetos” às taxas de juros das operações domésticas”. Isto ajudou a financiar os déficits de contas correntes como a do Brasil.

Por fim, a decisão foi seguir pela busca do crescimento econômico, estruturado no desenvolvimento da indústria e do comércio interno. Porém, como destaca Giambiagi et al. (2011, p.81), essa escolha vai além do cenário externo propício, ela parte também da pressão interna que existia em seguir um modelo não recessivo. De acordo com o autor,

O crescimento dos primeiros anos do “milagre” foi facilitado pela utilização da capacidade ociosa então existente, mas, a partir de 1971, a demanda agregada em expansão estimulou novos investimentos privados. Em 1974, grande parte desses investimentos estava incompleta, ou tinha sido recentemente concluída. Uma forte desaceleração econômica naquele momento implicaria riscos e custos elevados para as empresas investidoras, bem como para os bancos envolvidos no financiamento dos novos empreendimentos. Havia, portanto, uma forte demanda empresarial pela continuidade do crescimento.

Assim, segundo os autores, no fim de 1974, foi implementado o II Plano Nacional de Desenvolvimento com o propósito de, através de investimentos públicos e privados e adotando o Sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), buscar o enfrentamento do subdesenvolvimento e resolver pontos de estrangulamento que existiam na economia brasileira e que restringiam o crescimento nacional. Esses pontos eram focados em quatro setores: infraestrutura; bens de produção; setor energético e setor de fontes alternativas.

Com isso, os objetivos eram:

no primeiro setor, a ampliação da malha ferroviária, da rede de telecomunicações e da infraestrutura para produção e comercialização agrícola, visando ampliar a oferta para o mercado interno e para exportação. No setor de bens de produção, o foco do II PND eram os segmentos de siderurgia, química pesada, metais não ferrosos e minerais não metálicos. No setor energético, os investimentos planejados se dirigiam à pesquisa, exploração e produção de petróleo e derivados; à ampliação da capacidade de geração de energia hidrelétrica; e ao desenvolvimento de fontes de energia alternativas aos derivados de petróleo, com ênfase no álcool combustível (GIAMBIAGI et al., 2008, p.80).

A situação do Chile, por sua vez, era mais delicada. O país vivia em 1973 um período de completa instabilidade social, política e econômica. Nesse ano, o governo do presidente Salvador Allende foi interrompido pelo golpe militar, tendo como ator principal o General Augusto José Ramón Pinochet Ugarte. No entanto, antes mesmo do golpe, o governo de Allende atravessava uma série crise econômica (CUNHA; GALA, 2008).

Segundo os autores, na busca pela solução dessa grave crise econômica, Allende após assumir em 1971, decide implementar um projeto de estatização de diversas organizações chilenas, ficando claro que a proposta desse governo seguiria uma trajetória de cunho socialista. Contudo, alguns fatores influenciaram negativamente para a consolidação desse projeto, tais

como: i) a deterioração das contas públicas, devido ao elevado gasto governamental, o que fez com que diversas estatais não tivessem condições de se manter e vindo a serem encerradas suas atividades; ii) a inflação chilena, que já se apresentava alta durante o início do mandato de Allende, implodiu e chegou a alcançar a taxa de 508%¹⁴ em 1973. Ressalta-se ainda que, o único ponto positivo a se destacar é a estatização da indústria de cobre, que veio a representar uma significativa receita posteriormente para a economia chilena.

Diante desse cenário, Augusto Pinochet encontra uma economia em completa instabilidade e recessão, onde é configurado um quadro de hiperinflação e empresas estatais reféns dos investimentos do governo.

Mesmo não possuindo nenhum plano econômico para o Chile inicialmente, o regime de Pinochet estabeleceu como principal objetivo, de acordo com Lira (2008), o combate ao processo inflacionário que o país atravessava. Assim, a partir de 1974, com Pinochet, o pensamento econômico chileno vigente passa por uma completa transformação ideológica, colocando em evidência um grupo de economistas que tinham como sintonia o pensamento econômico defendido pelos “*Chicago Boys*”¹⁵, ou seja, a partir desse momento a política econômica do país passa ser estruturada num modelo denominado de “liberalismo econômico”.

Diante de tal perspectiva, a economia chilena passa a ser conduzida através desse pensamento econômico, representando uma inflexão na condução econômica até então predominante no país. Como destaca Meller (1998), a economia chilena, até 1973, principalmente no governo de Salvador Allende, caracterizava-se pelo intervencionismo e controle governamental frequente, a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada no Processo de Substituição de Importação (PSI), além do protecionismo às empresas nacionais e com uma moeda sobrevalorizada. A entrada dos economistas chilenos vindos de Chicago alterou o prognóstico usado anteriormente, caracterizando-se a partir de 1974 como um país baseado na estabilização de preços mas, principalmente, na inserção de reformas para dar ao mercado um papel maior na regulação do país, de acordo com Lira (2008).

Assim, foi elaborado o “*El Ladrillo*”¹⁶, programa econômico que perdurou durante todo o período de regime militar no Chile e que tinha como foco o emprego de um sistema de livre mercado a ser adotado pelo governo.

¹⁴ **Fonte:** Banco Central do Chile

¹⁵ Os *Chicago Boys* foram um grupo de economistas chilenos oriundos da Universidade de Chicago, que tiveram como professor Milton Friedman, renomado economista neoliberal norte-americano. Esses economistas foram bastante influenciados pela política monetária adotada por Friedman, e pelo conceito de *laissez-faire*, ou seja, o princípio de que um mercado livre seria a melhor opção para a economia (LIRA, 2008).

¹⁶ Apesar de ter sido implementado no Governo de Pinochet, o documento referente ao programa do “*El Ladrillo*” já havia sido elaborado em 1972, por alguns economistas chilenos de Chicago, com a intenção de ser um programa

Defensor desta política econômica, Friedman (1982, p.12) diz que:

Primeiro, o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além desta função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil ou dispendioso fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo.

Dessa forma, com seus respectivos modelos econômicos definidos a serem seguidos para superar a crise encontrada no cenário mundial, Brasil e Chile estruturam medidas para combater a instabilidade eclodida com a crise no petróleo, como é apresentado na figura 1:

FIGURA 1 – Metas do II PND (Brasil) e do *El Ladrillo* (Chile) – 1974-1979

Ênfase no mercado interno (II PND)	Ênfase no mercado externo (<i>El Ladrillo</i>)
Adotar um sistema de Industrialização por Substituição de Importações (ISI);	Liberalização de preços, com o objetivo de gerar maior concorrência interna e externa;
Resolver pontos de estrangulamento na economia brasileira como: infraestrutura; bens de produção; setor energético e setor de fontes alternativas, com forte presença do Estado – “O Estado Empresário”;	Política de descentralização, reduzindo radicalmente o poder do Estado na economia, através de privatizações de empresas e bancos;
Financiamento das dívidas das contas correntes, através das vantagens criadas pela entrada dos petrodólares no mercado;	Reforma Fiscal, para redução dos déficits fiscais e públicos;
Nível de comércio exterior brasileiro passando dos US\$ 40 bilhões, através do fortalecimento do setor exportador por meio de diversificação de bens e expansão para outros países;	Abertura comercial e liberalização do mercado interno de capitais, com a meta de reduzir a taxa de inflação, além de melhorar as condições para a entrada de bens importados ao país;
Proteção de mercado, onde o governo seria o principal devedor externo, processo conhecido como “estatização da dívida externa”	Abertura das contas de capitais, onde o setor privado seria o principal devedor externo do país;
Criação de oportunidades de emprego alcançando taxas superiores a 3,5% por ano, com o intuito de reduzir drasticamente o subdesemprego em zonas urbanas e rurais.	Reforma Trabalhista, onde os empregadores teriam mais controle sobre os funcionários, além de reestruturar a lei trabalhista.

Fonte: Giambiagi et al., 2008; II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), 1974; Meller, 1998, p. 187, quadro 3.3; De Castro, 1992.

Nessa perspectiva, para que os respectivos planos econômicos dos dois países fossem aplicados de maneira correta, foi preciso realizar ajustes iniciais. No caso brasileiro, para obter sucesso com o II PND, era necessário o financiamento, tanto público quanto externo. A fonte pública veio a partir do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹⁷, que teve como principal função no II PND o financiamento dos investimentos privados, criando subsidiárias como a Mecânica Brasileira S.A (EMBRAMEC), a Insumos Básicos S.A (IBRASA) e Investimentos Brasileiros S.A (FIBASE), para auxiliar no fortalecimento do setor privado e expansão da produção nacional (TAVARES et.al, 2010).

Segundo Giambiagi et. al. (2008) em relação ao financiamento externo, o Brasil se aproveitou de um aumento da liquidez internacional, ocasionada pelos “petrodólares” gerados após o primeiro choque de petróleo, conjuntamente com o declínio das taxas de juros internacionais a partir de 1975, o que melhorou as condições, juntamente com a retomada do crescimento e um melhor ajuste externo do II PND.

Por sua vez, a partir da implementação do *El Ladrillo* no Chile, a política de preços foi drasticamente alterada se comparada com a política aplicada no governo anterior (FFRENCH-DAVIS, 2003). O autor ressalta que no período do governo de Allende, o Chile possuía um controle quase que total dos preços após o aumento da taxa de inflação entre 1971 e 1972. Porém, esse controle de preços forçou o país a recorrer ao ágio e à retirada de produtos da prateleira – onde muitos destes produtos foram para o mercado negro. Além disso, houve um receio dos empresários em investir na economia, decorrente das estatizações das empresas e a este controle de preços. Diante desse cenário, já em 1973, foi criado o Decreto 522, o qual eliminava grande parte do controle dos preços na economia, e que serviria como mecanismo estabilizador para a inflação. Mas foi a partir do governo de Pinochet que foi feita uma liberalização dos preços em grande escala.

Como destaca De Castro (1998), os objetivos para realizar o processo de liberalização dos preços no Chile eram: outorgar a completa liberdade de preços em todas aquelas atividades em que exista um nível razoável de concorrência interna e externa; estabelecer um controle de preços eficiente em todas aquelas atividades em que existam monopólios e oligopólios não sujeitos a concorrência externa; agilizar a lei antimonopólios, de modo que qualquer entendimento entre produtores para diminuir a concorrência entre si seja drasticamente sancionado.

¹⁷ O BNDE permaneceu com esse nome até meados de 1982. A partir de maio de 1982, a instituição foi renomeada como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a política monetária teve como cerne, primeiramente, a estabilização dos preços, para que pudesse, dessa forma, retomar o ritmo produtivo normal (DE CASTRO, 1992).

Assim sendo, entre o ano de 1974 e 1976, verificou-se uma redução de aproximadamente 70% no número de preços controlados na economia chilena (MELLER, 1998, p.191).

Portanto, avaliando que o problema inflacionário chileno era derivado da demanda, a equipe econômica do governo Pinochet fez uso do instrumento de uma política monetária restritiva, reduzindo significativamente a quantidade de moeda em circulação na economia, com o objetivo de conter o consumo. Todavia, conforme enfatiza Lira (2008, p.5), essa tomada de decisão se mostrou equivocada, dado os resultados negativos alcançados após essa medida.

A crença dos monetaristas de que as medidas de contração monetária constituíam-se eficientes instrumentos na contenção da inflação, não encontrava respaldo na economia chilena, já que o controle monetário não se viu capaz de reduzir o nível de preços, o qual se manteve em 1974 e 1975, a 300%. O efeito mais grave dessa ação não foi sua própria impotência, mas sim, ter afundado o Chile numa depressão, que no ano de 1975, encolheu 12% do PIB.

Diante dos cenários expostos, as medidas iniciais realizadas pelo Brasil e Chile partem para mudanças nas áreas em que seriam os eixos motores de suas respectivas economias. No Brasil, o foco seria o crescimento estimulado pelo investimento na indústria e aumento da produção interna. Contudo, Furtado (1982, p.36) ressalta que,

Não se visualizou apenas completar o sistema industrial, “enegrecer” a matriz das relações interindustriais. Pretendeu-se ademais alcançar, no mesmo salto, outro objetivo não menos ambicioso, qual seja a solução dos problemas do estrangulamento externo, decorrente da não renovação de um setor exportador que permanecia na dependência de produtos primários de demanda pouco elástica. À nova vaga de industrialização caberia, portanto, produzir uma dupla transformação na economia. As indústrias favorecidas – inseridas nos setores em que o País estava relativamente atrasado – seriam desenhadas de forma a abastecer o mercado interno, em rápida expansão, e a poder competir nos mercados exteriores, dando origem a linhas dinâmicas de exportação.

Assim sendo, o planejamento era alterar o caminho seguido pelo governo anterior - no período do “Milagre Econômico” - com relação aos setores a receberem mais atenção. No governo de Médici, a economia brasileira caracterizou-se em focar no crescimento do setor II, centrando principalmente na produção de bens de consumo duráveis. O plano econômico de Geisel, por sua vez, focava em mudar essa estrutura, através do crescimento interno do setor I,

produzir bens de capitais e insumos básicos, ou seja, projetava-se uma redução das importações da ordem de 40%, com o aumento do setor de capitais (SOUZA, 2008).

Ainda segundo o autor, é importante destacar que, mesmo com uma crise econômica mundial deflagrada, o II PND conseguiu durante quase toda a segunda metade da década dos anos de 1970, promover um crescimento acima de 10% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no país, ou seja, entre 1974 e 1979 o Setor Produtivo Estatal (SPE) apresentou uma evolução de aproximadamente 39%. Um cenário inverso foi constatado para o investimento privado, onde se verificou um crescimento de apenas 1,5%¹⁸, mesmo com grandes incentivos fiscais e financiamentos subsidiados do BNDE¹⁹.

No caso chileno, constata-se uma pauta diametralmente oposta da verificada no Brasil. O foco da economia chilena centra-se num processo visando a privatização das empresas estatais, ou seja, menor participação do estado e abertura de mercado²⁰. Com relação a reforma de privatização do Chile, o governo decidiu implementar uma política de descentralização com a finalidade em diminuir a forte dependência do Estado, que era apontado como o principal motivo da recessão vivida pelo país no início dos anos 70 (DE CASTRO, 1992). Segundo salientado pelo autor, medidas como o uso do mercado para realocar os recursos de forma eficiente, independências das empresas e um controle estatal foram inicialmente apresentadas.

Diante dessa perspectiva, em 1975, houve uma série de privatizações com o intuito de diminuir a participação do setor público no PIB chileno, o que auxiliava na redução da hiperinflação chilena²¹, segundo Meller (1998).

Meller também destaca que, apesar dessa medida ter gerado maior concentração de propriedade e renda, dado que poucos agentes possuíam condições para adquirir tais empresas, o processo de privatizações possibilitou uma redução da hiperinflação chilena graças à redução dos gastos públicos (a taxa inflação chilena em 1975 era em torno de 380%; em 1976 e 1977, a taxa se reduz para 229% e 100%, respectivamente).

¹⁸ Ver Andrade, 2002, p.25, Tabela 6.

¹⁹ Um desses projetos foi a criação do Programa Nacional do Alcool, em 1975, conhecido como Proálcool, que tinha como meta criar uma nova alternativa para a matriz energética. Isso significaria não só como uma solução à crise do petróleo, mas também como substituição de importações na área do petróleo. Esse programa possibilitou que a produção de cana-de-açúcar do país crescesse significativamente no período de 1975-1979, chegando a uma taxa de crescimento de 27%, segundo dados do IPEA. Entre os estados, ressalta-se o desempenho dos maiores produtores de açúcar do país: São Paulo (49%), Alagoas (57%) e Pernambuco (34%).

²⁰ Setores econômicos como a exploração de cobre (este estatizado no governo anterior, após um longo período controlado pelo setor privado) e refinação de petróleo não foram privatizados, por questões de segurança nacional e soberania (LIRA, 2008).

²¹ Segundo dados retirados de Meller (1998), até o governo de Allende, o Estado chileno controlava mais de 400 empresas e bancos. A partir de 1973 até 1980, apenas 45 empresas (incluindo bancos) pertenciam ao setor público.

O autor ressalta ainda que, a partir de 1974-1975, a reforma fiscal chilena começa a ser feita, com o objetivo de não só diminuir o tamanho do governo na participação da economia, mas também reduzir os déficits fiscais e públicos. Assim, inicia-se um processo de contração dos gastos no setor público entre 1975 e 1981, gerando resultados satisfatórios para o governo chileno, ou seja, uma redução de cerca de 20% em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB). Porém, a reforma fiscal ocasionou em uma redução do emprego no setor público, que cai cerca de 30% durante o mesmo período.

Outra medida a ser destacada é a abertura comercial no país, promovida entre 1976 e 1977, que ficou caracterizada como um marco para a redução drástica da inflação do governo Pinochet e, como Lira (2008, p. 6) destaca, “destruir a lógica inflacionária que muitos produtores nacionais seguiam: repassar para o preço final do bem qualquer elevação na cadeia de custos”. Contudo, a abertura comercial gerou problemas na indústria nacional, provocando crescimentos insignificantes na produção e queda na participação da indústria no PIB²².

Além da liberalização comercial, o governo chileno promove, em 1975, a liberalização dos mercados interno de capitais, com o objetivo de estruturar a economia para o sistema neoliberal. Inicialmente foi feita a liberalização das taxas de juros, no mesmo ano, sendo que, anteriormente, essa taxa sempre era controlada pelo Estado. Outra medida foi a privatização de diversos bancos ao longo dos anos 70.

3.2 Outros setores modificados

Além dessas medidas centrais, outros setores receberam atenção para o desenvolvimento dos planos econômicos elaborados por Brasil e Chile.

No caso do Brasil, mesmo com o processo de ISI obtendo resultados, as exportações ainda representavam boa parte da manutenção do crescimento econômico brasileiro. É no governo Geisel em que há maior diversificação dos bens exportados, o que resultou no aumento desse setor. Segundo dados retirados de Gremaud et al. (2007), as exportações brasileiras quase dobraram no período entre 1974-1979, alcançando uma taxa de crescimento acima de 91%.

Essa expansão, de acordo com Souza (2008) foi graças a alguns fatores, além da própria diversificação. Durante o período, o Brasil intensificou as vendas de seus produtos para países socialistas e do Terceiro Mundo, dado a fragilidade em que se encontrava a economia dos países

²² Entre 1970 e 1981, a participação da produção industrial no PIB reduziu 5% (FFRENCH-DAVIS, 2003).

centrais. A partir de 1976, aproveitando a melhora da conjuntura econômica mundial, o Brasil resolve ajustes na sua política de comércio exterior, mantendo o crescimento das exportações.

Em suma,

as exportações brasileiras conseguiram manter-se ou inclusive expandir-se graças a uma combinação simultânea ou alternativa de vários mercados: países do Terceiro Mundo, países socialistas e países capitalistas desenvolvidos, resultado que se obteve devido à ofensiva comercial adotada pelo governo brasileiro de então (SOUZA, p.136, 2008).

No fim dos anos 1970, no Brasil, foram constatadas seguidas desvalorizações no câmbio, com o objetivo de proteger o produto interno, reduzir as importações e equilibrar as contas da balança comercial. Contudo, a balança comercial foi, durante o período do II PND e até mesmo durante o Milagre Econômico, uma das variáveis mais frágeis da economia, apesar de ter havido uma clara redução do déficit ao longo dos anos, proveniente da adoção do ISI durante os anos 70, fazendo com que além de diversificar os bens exportados, diminuísse significativamente a dependência externa do Brasil de determinados bens, como o petróleo, ou até à anulação completa de importações, como foi o caso do aço (SOUZA, 2008).

No caso do Chile, apesar de conseguir superávit em 1976, proveniente por ajustes cambiais para controlar a balança comercial, o governo Pinochet ficou caracterizado pelo aumento de importações ao longo do período. Como Santos (2012) destaca, o processo de abertura comercial e posteriormente à apreciação cambial, possibilitaram a facilitação das importações. Ressalta-se que, a balança comercial chilena sofreu grandes déficits durante os anos 1970, porém muito menor do que a verificada nas contas do Brasil durante esse período.

No Chile, também há o incentivo às exportações promovidas pelo governo chileno, onde identifica-se o auxílio para que houvesse maior diversificação nos produtos exportados, que se concentrava única e quase que exclusivamente baseado no cobre. De acordo com Santos (2012, p. 95), antes da liberalização, cerca de 90% das vendas do país ao exterior eram baseadas no cobre e outros minérios, em 1990 esta participação era menor que 50%.

Vale ressaltar, conforme exposto na Figura 2, o aumento das exportações em ambos os países, porém quando se verifica a conta de “importações”, constata-se uma disparidade enorme na balança comercial do Brasil em relação ao Chile entre o período de 1974 a 1979, ou seja, o primeiro apresentou um déficit médio da ordem de US\$ 2.475 milhões, enquanto o segundo, esse déficit foi da ordem de US\$ 1.409 milhões no mesmo espaço temporal.

FIGURA 2 – Balança Comercial de Brasil e Chile - (US\$ Milhões) 1974-1979

ANO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO COMERCIAL		VARIÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL (%)	
	BRASIL	CHILE	BRASIL	CHILE	BRASIL	CHILE	BRASIL	CHILE
1974	7.951	2.151	12.641	2.016	-4.690	135	-	-
1975	8.669	1.590	12.210	1.708	-3.541	-118	10,49	-3,53
1976	10.128	2.116	12.383	1.655	-2.255	461	11,86	4,79
1977	12.120	2.186	12.023	2.417	97	-231	22,52	-7,93
1978	12.659	2.460	13.683	3.243	-1.024	-783	-12,21	-6,51
1979	15.244	3.835	18.083	4.708	-2.839	-873	-19,15	-1,9

Fonte: Banco Central do Brasil. Lacerda et al., 2010, Tabela 10.2. Gremaud et al., 2007, Tabela 16.2. Banco Central de Chile (2001).

O foco para mudanças no comércio exterior chileno foi mais amplo, visando reajustar as medidas cambiais adotadas pelo governo de Allende, e que geraram diversos problemas na balança de pagamentos e na dívida externa do país (CUNHA; GALA, 2008). Ressalta-se que no início dos anos 1970, a estratégia do Chile foi de introduzir um congelamento no câmbio, redução de tarifas públicas, o que levou a uma dívida orçamentária do país em torno de 10,7% do PIB em 1971. Segundo os autores, o congelamento do câmbio também gerou um aumento excessivo das importações, provocando a deterioração das reservas internacionais, o que forçou o Chile a ter que fazer um controle cambial.

Nesse sentido concluem que, para dinamizar a economia e torná-la mais eficiente, o governo chileno promoveu uma redução do câmbio real, com o objetivo de ajustar a balança de pagamentos, e como resultado identifica-se o aumento de exportações e a redução das importações, resultando em que o balanço de pagamentos fosse superavitário. Para auxiliar na redução da taxa de inflação, em 1976, é introduzida uma apreciação cambial, facilitando assim as importações. De acordo com os autores,

[...] adota uma sucessão de “tablitas”, anunciando e determinando previamente a trajetória da taxa de câmbio nominal com o objetivo de controlar a inflação via coordenação de expectativas. A política cambial passa a ser utilizada no combate à inflação através de apreciações periódicas. Em 1979, esse processo é intensificado com o congelamento da taxa de câmbio em 39 escudos por dólar, paridade mantida até 1982 (CUNHA E GALA, 2008, p. 38).

Além disso, outros setores também sofreram mudanças no Chile. Em 1978, foi feita a abertura das contas de capitais, aproveitando o sucesso das medidas “neoliberais” em reduzir a inflação (neste ano, a inflação chilena atingiu 41%). Vale destacar que se acreditava que com a estabilidade econômica e social, a abertura da conta de capitais faria com que a poupança

externa aportasse no país e aumentasse a oferta de fundos para empréstimos, o que levaria a uma redução da taxa de juros interna (FFRENCH-DAVIS, 2003). Diante desse fato, é promovida uma estratégia que pudesse centra em um processo onde houvesse uma liberalização gradual dos movimentos de capitais, eliminando o controle dos capitais que tinham sido implementados pelo governo passado. Contudo, os autores ressaltam que a principal mudança é a inversão da dívida externa: o governo deixa de ser o principal devedor externo no Chile, e o setor privado assume esse papel, o que terá implicações para a economia chilena em meados de 1980.

Com relação a situação do mercado de trabalho, foi realizada uma flexibilização com o objetivo de diminuir os custos trabalhistas e dar mais controle aos empregadores. Dessa forma, o país implementa uma ampla reforma trabalhista, que tem como principal ponto reestruturar a lei, aprovada antes de 1973, que contemplava diversos privilégios aos trabalhadores como: lei de imobilidade no emprego, aumentos salariais obrigatórios, salários mínimos, compensações altas para os trabalhadores, etc. (MELLER, 2008).

4 CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS PARA BRASIL E CHILE DURANTE OS ANOS DE 1970 E A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

As medidas adotadas por Brasil e Chile durante o período entre as duas crises do petróleo (1973-1979) ocasionaram resultados satisfatórios em certos setores na economia de ambos os países, porém sérias consequências para a década subsequente.

No caso do Brasil, a escolha em tentar manter uma taxa de crescimento do PIB elevada surtiu efeito. Durante o período 1973-1979, o país obteve crescimento médio de aproximadamente 8%. Apesar da meta do governo Geisel não ter sido alcançada (a meta era obter crescimento de 10% no mesmo período²³), esse elevado crescimento econômico possibilitou que o país, ao final da década de 70, despontasse como uma das economias mais ricas do mundo, segundo dados do World Bank²⁴.

No caso chileno, também houve de certa forma, êxito nas medidas adotadas nesse período, apesar de ter ocorrido de maneira distinta ao caso brasileiro. O PIB chileno manteve, a partir de 1976 até 1982, um crescimento estável durante todo o primeiro período de Augusto Pinochet. Apesar de em 1975 ter tido uma redução significativa, resultado da contração monetária de 1974 para tentar reduzir a inflação (Meller, 2008), os anos seguintes foram marcados por um crescimento elevado e constante, como é mostrado na Figura 3.

FIGURA 3 – Produto Interno Bruto e PIB *per Capita* de Brasil e Chile – 1974-1980

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) - (%) VARIÇÃO EM VOLUME		TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)		PIB PER CAPITA (EM DÓLARES US\$)	
	Brasil	Chile	Brasil	Chile	Brasil	Chile
1974	8,2	1	32,62	-3,72	1.000,63	1.578,88
1975	5,2	-12,3	17,67	-52,98	1.149,59	730,41
1976	10,3	3,5	23,42	35,68	1.385,30	975,48
1977	4,9	9,9	15,39	35,01	1.560,86	1.296,89
1978	5	8,2	13,98	14,52	1.737,37	1.462,84
1979	6,8	8,3	12,04	36,36	1.901,00	1.964,85
1980	9,2	7,9	4,47	33,17	1.939,79	2.577,32

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais. Banco Central do Chile (2001). World Bank.

²³ Ver Macarini, 2011.

²⁴ Ver https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=1980&start=1970&year_high_desc=true. Acesso em: 16 out. 2018.

Ao analisar a Figura 3, observa-se uma média de crescimento do PIB para o Brasil e o Chile de aproximadamente, 7,09% e 3,79%, respectivamente. É possível verificar também a evolução do PIB per capita de ambos os países no período de 1974-1980, o Brasil foi da ordem de 93,9%, enquanto no Chile esse crescimento foi de 63,2%.

É importante ressaltar que, o que diferencia o crescimento desses dois países foram os meios utilizados e setores influenciados, segundo Gremaud et al. (2007). Os autores sinalizam que a manutenção dessas taxas de crescimento elevadas durante o governo Geisel foi graças à mudança estrutural promovida na economia do país. Ou seja, o foco na indústria nacional levou esse setor a apresentar um crescimento de aproximadamente 35% durante o período, sendo os setores químico (48%), papel e papelão (50%), material elétrico (49%) e metalúrgico (45%) os que obtiveram maiores resultados. Nesse sentido, concluem que a industrialização pesada contribuiu e muito para o desempenho do crescimento econômico do país nesse período. Esses números demonstram como a política voltada para o desenvolvimento industrial do país surtiu efeito, possibilitando maior diversificação na produção nacional, além de concluir a matriz industrial do país nos anos de 1980.

No governo de Pinochet, o fim do protecionismo e a abertura comercial fizeram com que a estrutura econômica chilena fosse alterada, gerando competição internacional com o mercado interno, o que possibilitou que os preços fossem reduzidos, incentivando, dessa maneira, o consumo, grande responsável pela alavancagem nas contas do país (MUNHOZ, 1997). Nesse sentido, segundo o autor a redução dos níveis inflacionários foi a maior conquista durante todo o regime, ressaltando que o desempenho dessa medida foi fazer a taxa de inflação sair de 508% em 1973 para alcançar menos de 10% em 1981.

No Brasil, contudo, a taxa de inflação foi um dos principais problemas durante o período do II PND. Foi o indicador econômico que apresentou maior elevação nos anos 70, como é visto na Figura 4.

A inflação média registrada no Brasil foi da ordem de 36% durante 1974-1978, iniciado devido à 1ª crise do petróleo, no final dos anos de 1973. Porém, é a partir de 1979 - último ano do governo Geisel e período marcado pela deflagração da 2ª crise do petróleo²⁵ - que verifica-se que os índices de preços começaram a crescer significativamente, atingindo taxas de 77% e

²⁵ A 2ª crise do petróleo foi deflagrada quando, em meio a Revolução Iraniana, Aiatolá Khomeini assume o poder do país e passa a controlar a produção de petróleo, causando uma segunda disparada nos preços do produto, onde o preço passa de US\$12 para próximo dos US\$40, quase o triplo do valor. No Brasil, houve aumento no custo dos combustíveis e racionamento. A situação brasileira, que já não estava boa, ficou péssima com a dívida do País inchando com os crescentes custos da importação do petróleo (TRALDI, 2011).

110% em 1979 e 1980, respectivamente²⁶. O aumento dos níveis de preços do país foi um dos principais indicativos das dificuldades que o Brasil iria passar na década seguinte. Pois, é possível através da Figura 4 constatar a trajetória crescente da inflação no caso brasileiro e decrescente no Chile.

FIGURA 4 - Taxa de Inflação (IGP-DI) – Brasil e Chile – 1974-1980 (%)

ANO	BRASIL	CHILE
1974	26,90	375,88
1975	29,30	340,70
1976	46,30	174,32
1977	38,30	63,49
1978	40,70	30,32
1979	77,30	38,90
1980	110	31,24

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 118 e 177. “25 anos de economia brasileira – estatísticas básicas”. MUNHOZ, Dercio Garcia, 1997, Tabela 1.

Outra adversidade encontrada pelos dois países se concentra no âmbito social. Apesar do PIB per capita brasileiro ter se expandido entre 1973-1979, isso não resultou em melhores condições financeiras para as famílias de um modo geral. Pelo contrário, segundo dados do Programa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), o Índice de Gini²⁷ brasileiro subiu em 1980 (0,592) com relação ao resultado de 1970 (0,565), o que demonstra em um aumento da desigualdade na distribuição de renda, significando maior concentração durante o período.

No caso do Chile, a concentração de renda apresentada ficou em média 0,513, entre 1974-1981, ou seja, configurou uma posição melhor do que a do Brasil nesse quesito (LARRAÑAGA, 2001, apud PLAZA, 2011, Tabla 5).

Porém, o principal indicador que expôs de maneira clara a instabilidade econômica e social chilena foi a dívida externa. Foi possível verificar que a mesma acabou afetando diversos outros setores da atividade econômica como, por exemplo, o desemprego. Conclui-se que, pelo fato do setor privado ser o principal devedor externo, segundo Meller e Solimano (1984), a taxa de desemprego chilena evoluiu 87% entre 1974 e 1980²⁸.

²⁶ Isso foi resultado de seguidas desvalorizações no câmbio, com o objetivo de proteger o produto interno, reduzir as importações e equilibrar as contas da balança comercial.

²⁷ O índice de Gini é um instrumento utilizado para medir a concentração de renda de determinado grupo. Esse índice varia de 0 a 1, sendo que o valor zero representa um cenário de igualdade, onde todos possuem a mesma renda, enquanto o valor um representa o extremo oposto, ou seja, apenas um indivíduo possui toda a riqueza do grupo analisado.

²⁸ Ver Meller; Solimano, In: FOXLEY, Alejandro et.al.(1984), Quadro 1.

Porém, o grande ponto é a implicação que a fragilidade do setor privado impactou na economia chilena no início dos anos 80. Lira (2008) destaca, a entrada de poupança externa na economia chilena ficava centrada aos grandes grupos privados nacionais, e que essa poupança não era direcionada à área de investimentos dos setores de produção. Com isso,

a taxa média de crescimento do PIB entre 1977 e 1981 foi de 8%, mas isso respondia à recuperação da recessão de 1975, isto é, a reocupação dos fatores produtivos sobre a já existente capacidade instalada. No entanto, acreditava-se que as medidas estavam surtindo efeito e que o mercado estava guiando a economia à prosperidade, porém, via-se que o país estava produzindo pouco em proporção ao enorme consumo, que era sustentado por recursos externos (LIRA, 2008, p.7).

No ano de 1982, constata-se que o setor privado era o grande concentrador da dívida externa, o que provocou um número significativo de falências de empresas, especialmente no setor financeiro. Segundo Meller (1998), entre o período de 1975 e 1982, houve um crescimento cerca de 192,40% de empresas que solicitaram falência.

Diante dessa perspectiva, verifica-se que o setor privado chileno foi o grande responsável pelo endividamento externo do país durante a primeira fase do governo Pinochet, diferentemente do Brasil, onde o país passou pelo período denominado “estatização da dívida externa”, segundo Velloso (1998), dado que escolheu implementar um sistema desenvolvimentista em 1974, buscando recursos externos para a execução do II PND, conforme Figura 5.

FIGURA 5 - Dívida Externa Brasil e Chile (US\$ Milhões) – 1974-1979

ANO	BRASIL		CHILE	
	Dívida externa	Taxa de crescimento da dívida (%)	Dívida externa	Taxa de crescimento da dívida (%)
1974	17.165	-	4.026	-
1975	21.171	23,34	4.267*	5,99
1976	25.985	22,74	4.720*	10,62
1977	32.037	23,29	5.201	10,19
1978	43.510	35,81	6.664	28,13
1979	49.904	14,70	8.484	27,31

*Entre 1974 e 1975, é calculado a dívida externa de médio a longo prazo; a partir de 1976, utiliza-se a dívida externa total.

Fonte: Banco Central do Brasil. Gremaud et al., 2007, tabela 16.2. Banco Central de Chile (2001).

De acordo com a Figura 5, observa-se a grande discrepância no montante de recursos externos que financiaram o crescimento do Brasil e Chile entre 1974 e 1979. Enquanto no Brasil, as empresas estatais foram as responsáveis pela captação desses recursos da ordem de

US\$ 189.772 bilhões, no Chile o endividamento (73,83% público e 26,17% privado, segundo dados do Banco Central de Chile) foi de aproximadamente US\$ 33.362 bilhões, ou seja, o endividamento externo chileno representou 17,58% do total do endividamento externo brasileiro no mesmo período.

É importante ressaltar os impactos desse endividamento externo após o 2º choque do petróleo no final dos anos de 1979 nas economias internas tanto chilena como a brasileira.

4.1 Segundo Choque do Petróleo e implicações nas economias do Brasil e Chile

A economia internacional em 1979 acaba sendo impactada com o 2º choque do Petróleo, poucos anos após se reorganizar após os efeitos do 1º choque em 1973.

O segundo choque do Petróleo foi resultado de uma revolução iraniana onde o aiatolá Khomeini assume o poder. Segundo Pereira (2008, p.59-60), Khomeini

promove uma renegociação dos contratos de exploração das companhias estrangeiras. A produção de petróleo é gravemente afetada, e nem mesmo as necessidades internas são atendidas. O Irã, que era o segundo maior exportador da Opep, atrás apenas da Arábia Saudita, fica praticamente fora do mercado. O preço do barril de petróleo, então, atinge níveis recordes e agrava a recessão econômica mundial no início da década de 80.

Segundo dados de Traldi (2011), o valor do barril que estava cotado a US\$ 12 triplicou, chegando perto dos US\$ 40. Essa segunda crise do petróleo resultou em uma série de consequências para a economia mundial: além da elevação dos preços do petróleo, as taxas de juros internacionais também se elevaram, acarretando em um aumento do valor das importações. Porém, a crise teve impacto maior nos países do terceiro mundo. Como Murteira (1994, p.3) enfatiza,

Os «países industriais» capitalistas, na classificação do Banco Mundial, com exceção dos EUA, sofrem um déficit considerável nas transações correntes após o primeiro choque petrolífero, mas recuperam-no com relativa facilidade e o mesmo se observa após o segundo choque, em 1979-80. Os «países em desenvolvimento», porém, vão aumentando os seus défices correntes até 1981, reduzindo-os depois disso, à custa geralmente de políticas restritivas que refreiam o crescimento, aumentam o desemprego e conseguem aumentos de exportação a todo o custo, ainda que as importações sejam fortemente contidas.

Essa foi a situação vivenciada por brasileiros e chilenos. Para o Brasil, que vivia em 1979 um período de transição de governo e de instabilidade econômica com o II PND próximo do fim; o segundo choque do petróleo foi negativamente mais impactante que o primeiro. Como

destaca Gremaud et al. (2007), o respectivo choque e a elevação da taxa de juros internacionais mostraram a fragilidade da economia brasileira para o mercado internacional, além de ampliar o endividamento externo que já estava em uma trajetória crescente, resultado das políticas desenvolvimentistas aplicadas durante o governo Geisel e culminando numa forte crise cambial.

Além disso, os autores destacam que o Brasil enfrentava não só o choque de oferta do petróleo, mas também o desempenho insatisfatório do setor agrícola que não havia obtido o crescimento desejado durante o período (inclusive, em 1978, houve queda na produção agrícola²⁹). Junto a isso, os déficits públicos geraram pressão inflacionária, que elevaram significativamente o nível de preços, como pode ser visto anteriormente na Figura 4, onde o Brasil passa de 44% em 1978 para obter uma taxa de inflação de 110 % em 1980.

Outro fator, na época, que gerou incertezas tanto econômicas como políticas, foi a mudança de governo, onde o general João Figueiredo assume em 1979 a presidência. Com a iminente queda econômica do país, há a mudança no Ministério do Planejamento, onde Mário Henrique Simonsen sai e assume Antônio Delfim Netto, economista conhecido por ter sido o ministro que comandou o “Milagre Econômico”, período de elevado crescimento econômico do Brasil durante o governo Médici (LACERDA et.al. 2010).

Algumas medidas adotadas foram: controle sobre a taxa de juros; eliminação de alguns incentivos fiscais às exportações visando controlar o comércio externo através do câmbio e de tarifas; e uma maxidesvalorização do cruzeiro em dezembro de 1979, visando proteger o mercado interno de produtos importados (GREMAUD et al., 2007). Porém segundo os autores, os resultados foram: a ampliação da taxa de inflação, elevação dos juros da dívida externa, resultante do aumento da taxa de juros dos Estados Unidos o que impactou na deterioração das contas externas e redução no saldo das reservas internacionais do país.

Para piorar a situação, o período entre 1981-1983 foi marcado por encolhimento do PIB brasileiro e queda da renda per capita do país (GIAMBIAGI et al., 2011). Isto foi gerado devido a *estagflação* que, segundo Lacerda et al. (2010, p.205), é uma situação onde há “uma queda expressiva no nível de atividade econômica, combinada com um grande crescimento da inflação” sendo que, em um processo recessivo na economia, a tendência seria que os preços não deveriam subir.

O Chile, por outro lado, apresenta um cenário distinto. A economia chilena apesar de apresentar elevadas taxas de crescimento entre 1975 e 1981, na verdade eram mais resultado da

²⁹ Gremaud et al. (2007), tabela 16.3, p. 418.

recuperação à recessão de 1975, ou seja, “a reocupação dos fatores produtivos sobre a já existente capacidade instalada” (LIRA, 2008, p.7). Os bancos chilenos e toda a iniciativa privada estavam acumulando grandes dívidas externas durante o fim dos 1970 e início dos anos 80 e o segundo choque do petróleo acabou agravando esta situação. Segundo dados do Banco Central do Chile (2001), o endividamento do setor privado apresentou elevações crescentes em quase todo primeiro período do governo Pinochet (1973-1982), chegando a ultrapassar a dívida de 10 bilhões de dólares em 1981, com o setor financeiro representando 65% deste total. Tal fato teve grande impacto em toda estrutura econômica do país pois, com o sistema neoliberal adotado no Chile, esse setor era o eixo motor para o funcionamento da economia. Isso fez com que o país buscasse alternativas, ocorrendo uma inflexão, ou seja, o abandono dessa agenda no ano de 1982, segundo Lira (2008).

A balança comercial do Chile também sinalizava que a economia local estava fragilizada, sob o sistema econômico neoliberal que se caracterizava pelos sequenciais saldos negativos, resultante de elevadas taxas de importações de bens e serviços. Contudo, com a elevação das taxas de juros internacionais e a necessidade chilena de importar bens para consumo dado a baixa produção nacional, o que se viu foi a deterioração da balança comercial. Segundo dados do Banco Central do Chile (2001), entre 1980 e 1981, o déficit mais que triplicou, resultado de uma redução nas exportações de cobre e uma elevação na importação de produtos.

4.2 Situação socioeconômica de Brasil e Chile nas últimas décadas

Este tópico apresenta o cenário socioeconômico de Brasil e Chile nas últimas décadas, mostrando, de forma sucinta, o impacto que as medidas adotadas pós 1º choque do petróleo teve ao longo dos anos para esses países, principalmente após o 2º choque do petróleo.

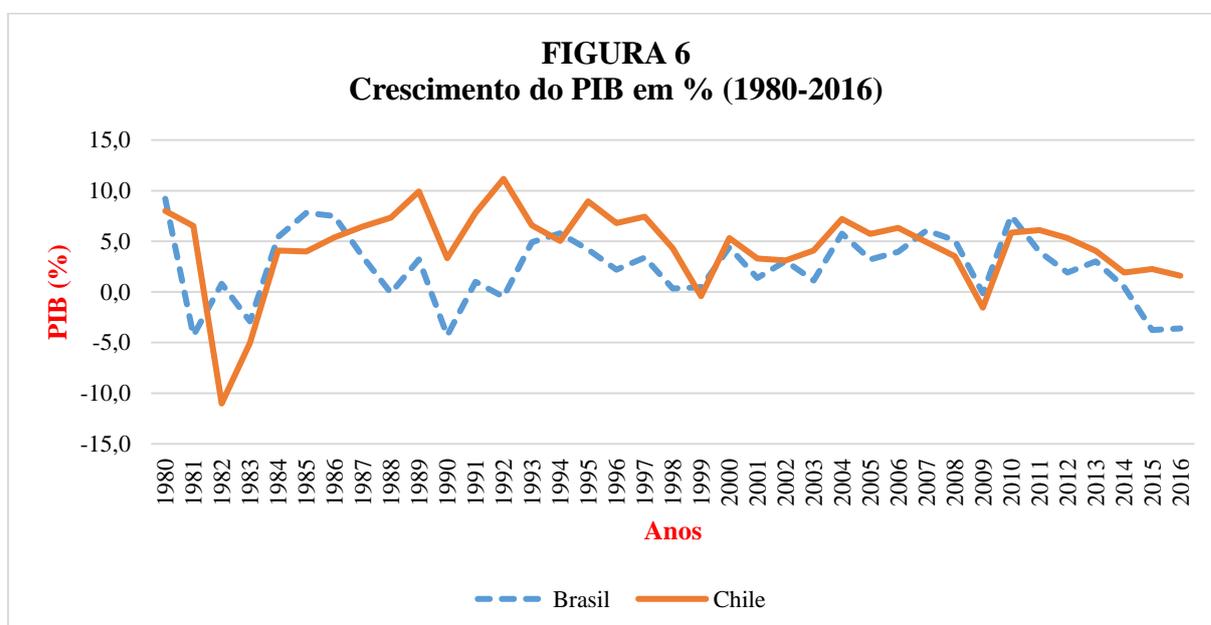
Avaliando inicialmente o PIB dos dois países, verifica-se que, no começo da década de 80 ambos têm crescimento negativo, decorrente dos efeitos das políticas empregadas na década anterior. É nesse período que Brasil e Chile entram em recessão, por motivos distintos: no caso do Brasil, a escolha do governo Geisel em optar pelo crescimento econômico em detrimento da dívida externa fez com que os governos seguintes se encontrassem com uma situação de completa desregulação nas contas e nos níveis de preços, o que fez da década de 1980 ser conhecida como a “década perdida”; já o Chile sofre, a partir do fim de 1981 até 1983, com as consequências da dependência externa para manter o consumo - devido à falta de produção

industrial e agrícola, além do fracasso cambial - gerando uma elevação na dívida externa, o que forçou alterações na agenda econômica do país (CUNHA; GALA, 2009).

O grande ponto que difere Brasil e Chile é a constância no crescimento do PIB. Como pode ser visto na Figura 6, a partir da segunda metade da década de 1980, o Chile consegue manter uma estabilidade de crescimento, fruto inicialmente do abandono da taxa de câmbio fixo e a promoção de uma desvalorização cambial durante o segundo período do regime Pinochet (1983-1990) e, a partir de 1990, com o fim da ditadura militar chilena, o país volta a aplicar o neoliberalismo, porém com um melhor cenário econômico do que no início dos anos 1970, como destaca Cunha e Gala (2009, p.41):

As mudanças ocorridas no mercado internacional, as eleições democráticas do presidente Aylwin e as altas taxas de juros reais provocaram não só a volta da economia chilena ao mercado financeiro internacional, como deixaram o país muito atrativo para o capital internacional.

No caso brasileiro, a crise gerada após o fim do II PND, perdurou até a metade da década de 1990, com diversas mudanças e falhas de moeda nacional³⁰ durante esse intervalo com o objetivo de retomar, sem sucesso, o crescimento econômico, pelo menos próximo ao que foi nível adquirido durante os anos 70.

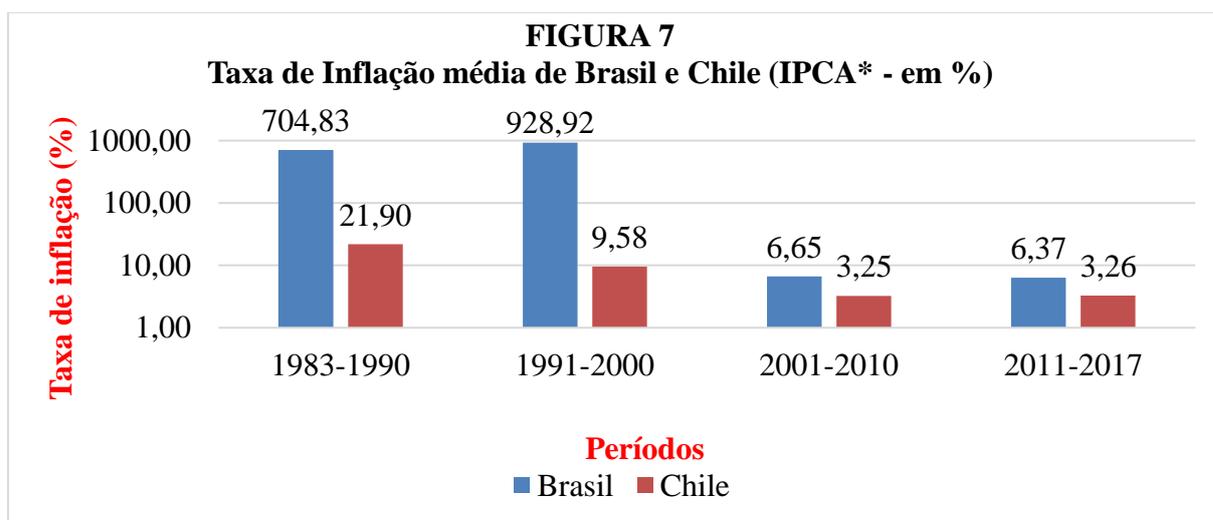


Fonte: WORLD BANK. Fundação Getúlio Vargas no período de 1980-1989. IBGE. BANCO CENTRAL DE CHILE. LABRIN (2017), Gráfico 3- Panel A.

³⁰ De 1986 até 1994, houve um total de 5 trocas de moeda nacional no Brasil: 1986, o país troca o Cruzeiro (1970-1986) pelo Cruzado (1986-1989) e em seguida vêm Cruzado Novo (1989-1990); Cruzeiro (1990-1993) novamente; Cruzeiro Real (1993-1994); e por fim, Real (1994 até os dias atuais).

Contudo, a principal diferença entre Brasil e Chile ao longo das últimas décadas foi em relação a taxa de inflação, como é visto na Figura 7. No Brasil, as seguidas desvalorizações³¹, com o objetivo de proteger o produto interno, geraram aumentos gradativos da inflação, implodindo no fim dos anos 70 e começo de 1980, onde o nível de preços elevou-se de tal maneira, que provocou uma inflação inercial³², que foi minimizada, de certa maneira com as criações de novas moedas, mas que só foram a ser de fato controladas a partir do Plano Real³³, em 1994, que faz com que essa taxa caísse de 2.477% em 1993, para 22% em 1995.

Por sua vez, no caso chileno, diversas medidas empregadas no regime Pinochet visavam reduzir a hiperinflação no início dos anos 70, o que fez o país alcançar taxas abaixo da casa de um dígito nos anos 80. Além disso, como Cunha e Gala (2009) destacam, o país é considerado um dos pioneiros da adoção de metas de inflação, empregada em 1990. A estabilidade econômica chilena já no final do século XX, fez com que, desde 1994, o Chile obtivesse níveis de preços menores que 9%.



* Índice de Preços ao Consumidor Amplo. **Fonte:** BANCO CENTRAL DE CHILE. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índices de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. INFLATION.EUA.

³¹ Já no governo de João Batista Figueiredo e com o novo Ministro da Fazenda, Delfim Netto, o governo fez, no final de 1979, uma máxidesvalorização do cruzeiro (a moeda da época) de 30%. Contudo, com o aumento da taxa de juros internacional, provocada pelo novo aumento do barril do petróleo, e a não aplicação de uma política monetária restritiva, essa depreciação se perdeu. Ver em: <<http://www.valor.com.br/cultura/2783388/mae-de-todas-cries-do-brasil>>.

³² A inflação inercial se dá quando há resistência dos preços em políticas de estabilização. Essa inflação é proveniente de contratos indexados, ou seja, o valor desses contratos pode ser reajustado pela inflação do período anterior. No caso brasileiro, existia contratos de aluguéis que tinham esse mecanismo de indexação, o que gerou um processo de antecipação por parte da população, transferindo a taxa de inflação do mês passado para o mês seguinte o que gerava aumentos constantes na taxa de inflação, e como Giambiagi et.al. (2011) destaca, esse efeito pode ser agravado através de choques de oferta (como o choque do petróleo) ou demanda.

³³ O Plano Real foi criado em 1º de julho de 1994, durante o governo de Itamar Franco. O surgimento desse plano centrou-se no controle da inflação, mas também que possibilitasse na retomada de um novo ciclo de crescimento econômico. Para isso, houve a troca da moeda e passou-se de 2.750 Cruzeiros Reais para 1 Real. Fernandes (2006).

Contudo, em termos de desigualdade social, ambos países não conseguiram alcançar melhoras significativas ao longo das décadas. Verifica-se o aumento da concentração de renda e elevação da pobreza (principalmente para os chilenos) durante os anos 70, e no Brasil com agravamento principalmente a partir da década dos anos de 1980. Segundo dados do último Relatório Do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2015, o Brasil é - considerando o Índice de Gini – o 10º país mais desigual do mundo, com um Gini de 0,515, enquanto o Chile é o 15º, com 0,505. Ou seja, apesar de ter havido uma melhora no Índice dos dois países durante essas últimas três décadas, é notório que pouco se foi feito para reduzir a lacuna da desigualdade.

Assim, ao analisar os dados expostos, alguns pontos podem ser levantados sobre as trajetórias das respectivas políticas econômicas adotadas pelo Brasil e Chile durante a década de 70 e seus impactos nos anos de 1980, tais como: a) no Brasil, é verificada no período posterior ao II PND, mais precisamente na década dos anos de 1980 até o início dos anos de 1990, grande turbulência econômica, resultado de sucessivas decisões errôneas de políticas monetárias e fiscais na busca pelo controle inflacionário e das contas públicas do governo.. Este cenário só é alterado a partir da segunda metade dos anos de 1990 com a implementação do Plano Real em 1994, culminando um reequilíbrio de vários indicadores econômicos; b) já o caso do Chile é possível constatar um cenário mais positivo, mesmo com a crise sofrida durante o início da década de 1980. O equilíbrio dos níveis de preços durante as últimas décadas, alcançado graças às medidas efetuadas nos anos 70, e à estabilidade no crescimento econômico possibilitaram com que o país pudesse se encontrar em uma situação benéfica nos dias atuais, mesmo com as questões sociais que não podem ser ignoradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que as medidas econômicas empregadas pelo Brasil e Chile a partir de 1973, foram completamente distintas. No Brasil, identifica-se a implementação de uma agenda desenvolvimentista, onde se busca focar nos setores de bens de capitais e insumos com forte presença do Estado. No lado diametralmente oposto, o Chile implementa ações com viés neoliberal, onde busca-se reduzir os níveis de preços e promover a abertura comercial, com o objetivo de aumentar a competitividade no mercado interno e consequentemente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

No caso brasileiro, os objetivos que foram projetados pelo II PND foram em boa parte alcançados, não sendo possível identificar esse mesmo desempenho para o crescimento da economia, porém, a mesma permaneceu em uma trajetória crescente ao longo do período. No âmbito industrial, o desenvolvimento se deu em uma estrutura diversificada.

Por parte do Chile, a instabilidade inicial foi compensada pela evolução das principais metas do governo da época: controle da taxa de inflação, redução dos gastos governamentais, maior apoio ao setor privado e abertura para o mercado.

Entretanto, as consequências geradas pela 2ª crise do petróleo, em 1979, e também pelas medidas empregadas por esses países no ano anterior, levaram a um período de instabilidade no início dos anos de 1980. O Brasil sofreu com elevadas taxas de inflação resultantes das seguidas desvalorizações cambiais que visavam proteger o mercado interno, além do aumento da dívida externa, período conhecido como “estatização da dívida externa”. A crise chilena foi consequência da soma de vários fatores como a alta dependência dos bens importados, resultante de uma insuficiência oferta da produção nacional – principalmente agrícola –, e do aumento do endividamento externo por parte do setor privado, que culminou em grandes dificuldades de setor, vindo várias empresas do setor econômico e do setor financeiro a solicitar falência, forçando o Estado do país a tomar ações para conter a queda econômica.

Diante dessa perspectiva, levando em conta os aspectos apresentados, Brasil e Chile se precipitaram em implementarem sistemas tão extremos e de dependência externa: financeira ou investimentos diretos. O governo Geisel, devido à pressão política de manter o desempenho crescente do período anterior, focou em um plano de desenvolvimento dependente, mesmo com forte instabilidade mundial, não considerando um possível ajuste nas contas nacionais, para depois ir em busca do desenvolvimento. Ou seja, a busca pelo desenvolvimento se apegou em uma visão de curto prazo, que gerou sérias consequências no longo prazo.

O Chile cometeu o equívoco ao negligenciar o setor produtivo, tanto industrial como agrícola, culminando em aumento da dívida externa. Com uma economia movida pelo consumo, ser dependente de bens importados para manter o ritmo de crescimento interno, resultou em aumento do desemprego e da concentração de renda, impactando no aumento da inflação e conseqüentemente na piora econômica da sua população.

REFERÊNCIAS

- AGOSIN, Manuel R. **Comercio y crecimiento em Chile**. Revista de la Cepal, vol. 68, p. 79-100. Agosto. 1999.
- ANDRADE, Regis de Castro. **Brasil: A economia do capitalismo selvagem**. Lua Nova. Nº 57, 2002.
- ANDRADE, Rogerio P. De; SILVA, Renata Carvalho. **Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), p. 539-559, out./dez. 2010.
- BACHUR, João Paulo. **O Estado de bem-estar em Hayek e Luhman**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 2, p.101-121 nov. 2013.
- BANCO CENTRAL DE CHILE. Disponível em: <<http://www.bcentral.cl/>>. Acesso em: 04 de maio de 2018.
- _____. **Indicadores Económicos y Sociales de Chile 1960-2000**. Santiago: Banco Central de Chile, 2001.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Modelos de estado desenvolvimentista**. Textos para Discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2016.
- BRITANICA. **Welfare State**. Brittanica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/welfare-state#accordion-article-history>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Keynes e o Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas-SP, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008.
- CUNHA, Patrícia Helena F.; GALA, Paulo. **Do populismo às bandas cambiais: a evolução da política cambial no Chile de 1970 a 1999**. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 3 (115), p. 35-53, Jul./Set. 2009.
- DE CASTRO, Sergio. **El Ladrillo: Bases de la política economica del gobierno militar chileno**. 2. Ed. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1992.
- DE SOTO, Jesus Huerta. **A Escola Austríaca**. 2.ed. São Paulo: Instituto von Mises Brasil. 2010.
- FERNANDES, André Eduardo da Silva. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro**. Brasília - DF: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2006, 22 p.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad**. Nueva Sociedad v.183, p.71-90, Enero - Febrero 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP. Vol.15, n.2, p.225-256, São Paulo, 2004.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. The University of Chicago Press, London: Ltd. 1982.

FURTADO, Celso. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Entre inconformismo e reformismo**. Estudos Avançados (IEA USP), v.4, nº. 8, p. 166-187, São Paulo, Jan./Abr. 1990.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio. et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPPE, Hans-Hermann. **A Ciência Econômica e o Método Austríaco**. Instituto Ludwig von Mises Brasil: São Paulo, 2010.

INFLATION.EU. Disponível em: <<http://www.inflation.eu/>>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

_____. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

LABRIN, Felipe. **Estudios Económicos Estadísticos: Series históricas del PIB y componentes del gasto, 1986-2013**. Banco Central de Chile, nº123, Junho, 2017.

LACERDA, Antônio Corrêa. et.al. **Economia Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LIRA, Francisco Roberto Fuentes Tavares de. **Do Socialismo ao Neoliberalismo: O Chile dos Anos 1970**. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.3, n. 6, Ago. 2010.

MACARINI, José Pedro. **Governo Geisel: transição político-econômica?** Um ensaio de revisão. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, Jan/Abr, 2011.

MATOS, Sidney Tanaka S. **Conceito Primeiros de Neoliberalismo**. Mediações. Vol.13, n.1-2, p.192-213, Jan/ Jun e Jul/Dez. 2008.

MELLER, Patricio. **Un siglo de economía política chilena (1890-1990)**. 2.ed. Santiago: Andrés Bello, 1998.

MELLER, Patricio; SOLIMANO, Andres, Desempleo en Chile: Interpretación y políticas económicas alternativas. In: FOXLEY, Alejandro et al., **Reconstrucción económica para la Democracia**. 1.ed. Santiago – Chile: Aconcagua, 1984.

MUNHOZ, Dercio Garcia. **Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30**. Economia Contemporânea, Rio de Janeiro. Nº 1, p. 59-87, Jan/Jun, 1997.

MURTEIRA, Mário. **Crise Mundial e revisão das estratégias de desenvolvimento no Terceiro Mundo**. Análise Social, Lisboa. Vol. XXII, p.891-901, 1986.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. **O Sistema de Bretton Woods e a dinâmica do Sistema Monetário Internacional Contemporâneo**. PESQUISA & DEBATE, São Paulo, v. 19, nº 2 (34) pp. 195-219, 2008.

PINTO, Tales. **O New Deal**. História do Mundo, 2012. Disponível em: <<https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/o-new-deal.htm>>. Acesso em: 20 out. 2018.

PLANALTO. **II Plano Nacional De Desenvolvimento (1975-1979)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em 28 de maio de 2018.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, nº 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Artur Tranzola. **Abertura comercial na Argentina, no Brasil e no Chile em perspectiva comparada**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia/MG. Vol. 27, n.1, p.87-100, Jul/Dez. 2012.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, Maria da Conceição et al. **O BNDE durante o II PND**. Memórias do Desenvolvimento. Ano 4, nº 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

TRALDI, Fábio. **As grandes crises financeiras - parte 1: Desmitificando o Risco**. Portal Sul América de Investimentos. São Paulo, 2011.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O governo Geisel: estratégia de desenvolvimento e coordenação da política econômica**. Revista Brasileira de Economia (RBE), Rio de Janeiro. Vol. 52, p. 15-25, Fev. 1998.

VICENTE, Maximiliano M. **História e comunicação na ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VON MISES, Ludwig. **Ação Humana**: Um tratado de economia. Instituto Ludwig von Mises Brasil: São Paulo, 2010.

WORLD BANK. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>> . Acesso em: 04 de maio de 2018.

_____. Disponível em:
<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=1980&start=1970&year_high_desc=true>. Acesso em: 16 out.2018.